

1 Ata da Reunião Ordinária Nº 299 do Conselho Municipal de Saúde de Arapongas – CMS, realizada na  
2 data de 09 de fevereiro de 2022 às 19h35 no Auditório do Paço Municipal, com a participação dos  
3 seguintes Membros: no Segmento Gestores Srs. (as). Moacir Paludetto Junior – Titular – SEMUS e  
4 Elizabeth Fernandes Penha – Titular – SEMUS; Segmento de Prestadores Sra. Heloísa Toledo Volpato  
5 – Titular – Irmandade da Casa; Segmento de Trabalhadores, Srs. (as). Eucir Antônio Zanatta – Titular –  
6 SINDSAÚDE; Gisele Dias Picolo – Titular – COREN, Sérgio Donizete Azevedo – Titular – SISPAMAS e  
7 Alecsandro de Andrade Cavalcante – Titular – SIMEPAR; no Segmento de Usuários os Srs. (as) Maria  
8 Madalena Carneiro – Suplente – ONG Olho D’ Água, Roseli Martauro Marinho – Titular – APDA,  
9 Marcos Antonio de Oliveira – Titular – Sindicato dos Trabalhadores (as) Rurais, Antonio Jorge Magro –  
10 Associação Ulisses Guimarães – Titular, Francisco Robério Peres da Cunha – Titular – Pastoral da  
11 Criança, Durvalino de Almeida Filho – Suplente – Pastoral da Criança, Iyálòrisá Joilda Pereira de Jesus  
12 – Titular – Ent. Religiosa ILÉ ÀSE TI TÓBI IYÁ ÀFIN ÒSÙN ALÁKÉTU; Sérgio Aparecido Ribeiro da  
13 Silva – Suplente – AIABA, Maria de Fátima Grego – Titular – UAMMA e Gerson Pizzo – Membro da  
14 Associação de Pessoas com Deficiência – Observador. Após verificação da obtenção de quórum, o  
15 Presidente Zanatta deu início a Reunião, ensejando boa noite a todos, e faz referência a Pauta da  
16 presente Plenária, **1º Ponto \_ Aprovação da Ata Nº 297**, realizada em 15 de dezembro de 2021, e  
17 questiona se há alguma exposição, pontuação ou questionamento. Com a palavra a Conselheira  
18 Iyálòrisá Joilda informa que fez a leitura da Ata, e que gostaria de solicitar para que fosse verificado a  
19 gravação com algumas de suas falas, porque pode ter ocorrido alguma supressão, perdendo o sentido  
20 das pontuações que foram feitas, cita as linhas 416, 427, 435, 444, 446 e 465, mencionando que  
21 apenas nessas linhas seria para ouvir novamente e fazer as correções pela supressão da gravação.  
22 A Conselheira expõe que solicitará também nessa Plenária a correção em uma dessas linhas, sendo  
23 uma fala que existe um GT de Saúde da População Negra dentro do Conselho Estadual de Saúde, e  
24 que quando foi levar a documentação junto com a Mesa Diretiva, para discutir a inclusão de uma nova  
25 Diretriz aprovada nesta Plenária Nº297, em relação as Populações Vulneráveis, foi entrado em contato  
26 com o Conselho Estadual de Saúde, e que se informou melhor com Sr. Maurício que é o Secretário do  
27 CES, e que o mesmo disse que o GT é da SESA, ficando dentro da Secretaria Estadual de Saúde, e  
28 que então seria apenas essa correção, que não é dentro do Conselho Estadual, e sim dentro da  
29 própria SESA. O Presidente Zanatta comunica à Conselheira Iyálòrisá Joilda que a condução da Mesa  
30 e da Secretaria-Executiva será da seguinte forma, que a fala onde é pontuada a correção está  
31 exatamente entre as linhas 445 e 450, e como a mesma está fazendo uma correção, será mantido na  
32 Ata nº297, como era e como foi dito, aparecendo a correção sugerida nessa Plenária, e que as outras  
33 marcações a Conselheira seria convidada para comparecer na Sede do Conselho para juntos ouvir a  
34 gravação, e fazer a inclusão do que estiver falado no áudio, e caso a mesma quisesse reconduzir  
35 novamente seria feito, ficando para Ata subsequente. O Presidente questiona se há alguém mais que  
36 gostaria de fazer colocação na Ata nº297 – Plenária Ordinária, e não havendo a mesma foi  
37 considerada aprovada. Ato contínuo, o Presidente Zanatta menciona que teria a alteração na Pauta, o  
38 qual seria a inclusão de dois temas, mas que seria feito a pontuação, cita que tem um acréscimo de  
39 um 4º Ponto, e solicita ao Plenário que possa ser feito a inclusão do 4º Ponto, para que pudessem  
40 fazer um esclarecimento sobre o Comitê Intersetorial de Saúde Mental do Município, e os andamentos  
41 para a V Conferência Estadual e Nacional de Saúde Mental, onde haverá a Etapa Regional, e  
42 questiona se é possível fazer a inclusão, sendo portanto aprovado pelos Conselheiros, e expõe que foi  
43 acrescentado também dois Memorandos, que haviam sido colocados, e que faria a leitura apenas do  
44 Memorando e do tema. Faz referência ao **2º Ponto \_ Informes; Item 01 – Ofícios Encaminhados:**  
45 **Nº01/2022** – SEC. Executiva – Publicação da Ficha de Inscrição – Mesa Diretiva – Gestão 2022/2023;  
46 **Nº02/2022** – SEODUR – Solicitação de cópia do Projeto de Arquitetura da Cadeia Pública de  
47 Arapongas; e sobre esse assunto menciona que seja feito alguma condução nesse sentido. Que  
48 coloca à disposição a Planta para ciência do CMS, mas que recolheria a mesma e devolveria a  
49 SEODUR, por observação do Conselheiro Alecsandro, para que inclusive esse documento não fique  
50 de posse do Conselho por ser um Projeto da área de reclusão, acatando a orientação do Conselheiro  
51 Alecsandro. Que na Planta está demonstrado ausência das áreas demandadas conforme Ata nº 296 –  
52 CMS de 17 de novembro de 2021, sendo o motivo de se ter solicitado esse instrumento para a  
53 SEODUR, e que também foi pedido para o Conselho de Segurança e este nos dirigiu direto para a  
54 SEODUR, e que então foi encaminhado o Ofício descrito como Nº 02, havendo a entrega deste, o qual  
55 seria devolvido, mas que foi demonstrado no Projeto Arquitetônico que há apenas 01 área para Posto  
56 de Enfermagem e 01 área para Observação, onde cabem 02 leitos pela metragem, não existindo  
57 previsão para consultório médico e consultório odontológico, que fica ao Conselho diante dessa  
58 discussão, e da demanda que foi feito propositura na reunião Plenária nº 296 de que há necessidade  
59 desses ambientes naquela estrutura, para não ter o deslocamento do apenado, diante dos riscos e  
60 dispêndios inerentes, mas principalmente oferecer uma condição mais adequada aos profissionais e

61 reclusos. O Presidente Zanatta questiona ao Conselheiro Alecsandro se foi essa colocação que o  
62 mesmo havia feito, se seriam 02 profissionais, tendo como resposta que são 02 médicos e 01 dentista,  
63 e o Presidente Zanatta pergunta se na Cadeia Pública atual não tem consultório odontológico, sendo  
64 afirmado pelos Conselheiros(as) Alecsandro e Gisele, que há consultório, ao que o Presidente  
65 menciona que no novo prédio não terá, e o Conselheiro Alecsandro diz que não. Em prosseguimento o  
66 Presidente Zanatta expõe que fará uma sugestão, e que não sabe se tem outra, mas que o Conselho  
67 gere uma demanda ao Conselho de Segurança e ao Executivo Municipal da observação dessa  
68 necessidade, e pergunta se pode ser, e o Conselheiro Alecsandro afirma que é perfeito, que é papel do  
69 Conselho inclusive de monitorar o deslocamento de viaturas e toda essa condição, que é algo que  
70 sempre levantou e bateu em Arapongas, que é uma questão que prejudica na UPA, no 24 horas, na  
71 Santa Casa, na HONPAR, e que a maior dificuldade pegando exemplo da Santa Casa hoje, que a Dra.  
72 Heloísa pode testemunhar, é que não há uma estrutura de pronto socorro, que se tem um preso  
73 escoltado, tem que fechar o pronto socorro quase que inteiro, para um preso algemado em uma maca,  
74 ficando no meio dos pacientes todos, os policiais com escopeta na mão, metralhadora, causando uma  
75 série de constrangimento, e que acha que é papel do Conselho realmente fazer isso, e que apenas  
76 gostaria de fazer uma observação à Mesa, que esse assunto não tem os consultórios já tinha sido  
77 levantado, em Plenárias atrás, que já tinha falado isso, e que alguém falou tem, expressou também,  
78 porque falei com fulano e disse que tem, e que então ficou quieto porque se está falando que tem, a  
79 pessoa deve saber, e que deve então ser um imbecil, que está falando o que não sabia ao Conselho;  
80 aborda também que quando levantaram a leva que não tinha consultório médico e odontológico,  
81 levantaram essa questão antes de ser dado início a obra, e que agora a obra está em execução. O  
82 Presidente Zanatta explana que essa Pauta não foi colocado ao Conselho, ao que o Conselheiro  
83 Alecsandro afirma que sim, que foi para o Conselho, e agora com a obra em andamento farão uma  
84 recomendação, e que imagina que será demandado ao Executivo Municipal e o Conselho Municipal de  
85 Segurança, e questiona que poder que eles tem de alterar uma obra que é do Estado, que é da  
86 Secretaria Estadual de Segurança Pública, afirmando que não tem poder nenhum, e que só será  
87 marcado uma posição agora, que precisaria ser feito e não foi e a Cadeia nova já estará feita com esta  
88 falha, e continuará gerando demanda interna dentro do Município. A Conselheira Heloísa então  
89 menciona que para ser criado o espaço, precisará então refazer o Projeto, e o Conselheiro Alecsandro  
90 diz que terá que refazer o Projeto inteiro, ao que o Presidente Zanatta cita que não estão avaliando o  
91 terreno, que só viram o Projeto arquitetônico, mas se observarem quanto ao terreno eventualmente  
92 poderá haver uma parceria entre Estado e Município, ou ainda que seja só o Município para fazer uma  
93 ampliação com anexo a área que está sendo edificada. O Conselheiro Alecsandro menciona que estão  
94 propondo em fazer um puxadinho em uma obra que nem pronta está. O Conselheiro Francisco Robério  
95 cita que salve não se engana, o Projeto é de ordem do Município, e é ele que manda para o Estado e o  
96 Estado aprova, e que o problema foi na execução da SEODUR que não colocou esse ambiente na  
97 Cadeia. O Presidente Zanatta expõe que eventualmente há equívocos, fases, etapas que são puladas,  
98 a exemplo que lá atrás aconteceu com a própria UPA, que teve Projeto, Projeto aprovado no Estado,  
99 feito pelo Município, e que o banheiro ficou para o lado de dentro sem ventilação, e a sala de Raio-X  
100 ficou sem previsão elétrica, e que então essas coisas acontecem eventualmente, e que não está para  
101 justificar, e que não foram consultados ao tempo, e que não é função, seria do próprio Conselho de  
102 Segurança, mas o que vale, e que acha que o saldo positivo disso, e reportando – se para o  
103 Conselheiro Alecsandro diz, o senhor levantou essa questão aqui dentro, e nos chamou a atenção,  
104 então nós fomos atrás de verificar, quem é que falou que tinha, eu não tenho certeza, mas falei, ó só  
105 vendo, e que está aqui, vimos, e agora uma vez já observado e já tendo essa demanda levantada pelo  
106 Plenário do Conselho, agora temos que externar, que achamos, que estamos pontuando que aqui  
107 precisa ser revista uma condução, se for ou não, não sei, mas pegamos e fizemos o papel que nos  
108 cabe, que alcançamos a nosso tempo, e que acha que salutária é a demanda que foi gerada, inclusive  
109 pelo senhor, e foi acatado, gerando uma demanda ao Conselho de Segurança no sentido de  
110 observação daquilo que o Conselho demandou, e também ao Executivo. O Conselheiro Alecsandro  
111 menciona, então aproveitando esse gancho, já que vai ser gerado uma demanda, propõe que seja  
112 realizado cópia dessa demanda gerada pelo Conselho para a Juíza-Corregedora da Comarca, e  
113 enfatiza que se encaminhe ofício ao Conselho de Segurança, com cópia para a Juíza-Corregedora da  
114 Comarca. O Presidente Zanatta questiona se o Plenário concorda com a sugestão, e também indaga  
115 ao Conselheiro Alecsandro se a Juíza-Corregedora também tem força para gerar demandas  
116 eventualmente para locação de recursos e que acha que isso é importante, tendo como resposta que o  
117 Conselho da Comunidade tem recursos para levantar a Cadeia quase que sozinho, e o Presidente  
118 Zanatta diz que não sabem, que não fará críticas aos representantes que estão lá, mas dizem que  
119 devolveram dinheiro, e que não sabe se é verdade ou não. A Conselheira Iyálòrísá Joilda explana que  
120 fica uma sugestão, pegando a fala do Dr. Alecsandro, que o Conselho Municipal de Saúde faça uma

121 comunicação ao Conselho da Comunidade, e o Presidente Zanatta pede afirmação dizendo, também  
122 ao Conselho da Comunidade, e a Conselheira Iyálòrisá Joilda responde colocando que também ao  
123 Conselho da Comunidade, além da Juíza da Comarca como foi colocado, e o Presidente Zanatta diz  
124 então que, serão dois ofícios para quatro endereços. Ato contínuo, o Presidente Zanatta faz referência  
125 ao Ofício **Nº03/2022 – MP** – Comunicação sobre a Agenda de Reuniões CMS e orientações para  
126 acompanhamento das informações deste Conselho pelo Portal da Prefeitura; cita Ofício **Nº04/2022 –**  
127 **MP** – Solicitação para agenda de Reuniões para a Comissão Especial Temporária de  
128 Acompanhamento a Denúncia HONPAR; e sobre esse assunto questiona ao Conselheiro Robério se o  
129 mesmo gostaria de fazer algum esclarecimento, ao que o Conselheiro Robério pergunta se não houve  
130 resposta do MP, e o Presidente Zanatta diz que não, o Conselheiro Robério então menciona que acha  
131 que seria necessário passar de Temporária, para uma Comissão Definitiva, ir ao Ministério Público  
132 requisitar isso. Com a palavra o Presidente coloca que a sugestão é que o Conselheiro Robério  
133 conversou, e que foi gerado pelo Robério, por esta Comissão demanda ao Ministério Público diante da  
134 última reunião onde esteve presente, que havia uma Pauta, e esteve presente o advogado da  
135 HONPAR, e que o Conselheiro Robério informou que aquela Ata seria interessante ser levada ao  
136 Ministério Público para dar ciência do que está acontecendo diante dessa questão, que foi pedido do  
137 Ministério Público, assim como buscar informações acerca daquela demanda, e que então foi  
138 encaminhado ofício solicitando Pauta de reunião para aquela Comissão, mas agora quanto a esta  
139 Comissão Especial Temporária, e indaga ao Conselheiro Robério sobre a composição da Comissão  
140 Temporária, sendo respondido que é este, o Conselheiros (a) Antônio Jorge Magro e Roseli Martauero e  
141 Gisele Dias; o Presidente Zanatta coloca que em vez de ser formado uma nova Comissão, que essa  
142 Pauta venha para a Comissão de Fiscalização, que já existe, que é só o assunto ser trazido para a  
143 Comissão de Fiscalização, suprimindo essa Comissão Temporária, e pergunta se o Plenário concorda,  
144 havendo aprovação. O Conselheiro Alecsandro pede a palavra, e informa que talvez fosse interessante  
145 através desse contato com o MP nessa situação, que o Conselho oficiasse a OAB, encaminhasse as  
146 duas Atas que o advogado esteve presente; frisando que fosse encaminhado as duas Atas a OAB para  
147 que eles façam de julgada improcedente em relação a Comissão de Ética deles sobre o ocorrido aqui  
148 em Plenária; encaminhe-se, oficie-se a OAB para conhecimento e providências cabíveis, coloca o  
149 Conselheiro Alecsandro. Diante o exposto, o Presidente Zanatta questiona a opinião do Plenário, ao  
150 que a Conselheira Heloísa indaga ao Conselheiro Alecsandro, se o mesmo está dizendo em relação a  
151 quem, se é ao advogado, porque em relação ao advogado tem que partir denúncia de OAB, e não o  
152 Conselho Municipal enviar, porque só é aberto processo ético a partir de uma denúncia, e o  
153 Conselheiro Alecsandro coloca que não sabe se é abertura de processo ético, ao que a Conselheira  
154 Heloísa diz que se alguém se sentir que é lesado, e o Conselheiro Alecsandro coloca que na opinião  
155 do mesmo o Conselho foi lesado a partir do momento que um profissional advogado esteve aqui, e  
156 induziu o Conselho com leitura de sentenças que não eram o que estava acontecendo. A Conselheira  
157 Heloísa afirma então que nesse caso sim, o Conselho tem que pedir abertura de processo, e fazer  
158 essa denúncia, ressaltando que aí sim será cabível, e não simplesmente só fazer um comunicado,  
159 pedir abertura de um processo ético contra ele, e o Conselheiro Alecsandro menciona que será com  
160 cópia das Ata pedindo a abertura, o Conselho pedindo a abertura. Nessa ocasião o Presidente Zanatta  
161 questiona qual a consequência disso, e reportando-se para a Conselheira Heloísa relata, que quando é  
162 gerado alguma demanda, como exemplo não for aberto denúncia ao Ministério Público sobre a má  
163 condução, ou o engendramento que estava havendo no Conselho diante de algumas Entidades que  
164 não estavam legitimamente organizadas, que tentavam fazer com que mais de uma cadeira fosse  
165 ocupada pelo mesmo ente, duplicado, como exemplo a UAMMA, porque dentro da UAMMA, o vice-  
166 presidente entrava no Conselho, ocupava a cadeira, mas através da Associação de Bairro 2, aí bairro  
167 3, todo mundo vinculado a UAMMA, onde ficava praticamente todos os Usuários aqui dentro eram da  
168 UAMMA, ocupavam de cinco a seis cadeiras, gerando todo aquele processo, e inclusive com  
169 Entidades ilegítimas, e continua dizendo que de outra forma garantir que o ambiente do Conselho seja  
170 realmente plural, e de representatividade plural, não só segmentado dentro de um outro grupamento,  
171 mas que não foi aberto denúncia, se não ao Ente Gestor Municipal, ao Ente Gestor Estadual, mas não  
172 fomos denunciar, e pelo contrário, essas Entidades que foram denunciar, e inclusive a minha pessoa,  
173 mas caiu por água abaixo, e poderia até ter entrado com processo moral, ético, porque foi falado que  
174 suprimi documentos, que um fiz um monte de coisas, e questiona à Conselheira Heloísa que se o  
175 Conselho abre uma denúncia, como que seria, e a Conselheira Heloísa informa que seria a abertura de  
176 processo ético, ao que o Presidente Zanatta indaga como a mesma visualiza como advogada a  
177 conduta dele, se cabe esse tipo de pensamento por parte de Conselho, tendo como resposta que tem  
178 que partir do cliente dele, que na verdade tem que analisar, se realmente o que ele trouxe aqui foi  
179 ilegal, ou foi imoral, e o Presidente Zanatta relata que em sua visão pessoal o advogado é fiel ao seu  
180 cliente. Diante os relatos, o Conselheiro Alecsandro explana que para não dispersar, que a questão foi

181 da OAB, e que já foram para Entidade de bairro sem CNPJ, sendo que chegará às 22 horas,  
182 ressaltando que para não dispersar, e serem pontual, citando que o advogado que esteve aqui, é um  
183 ex Conselheiro, que conhece o Conselho, conhece o Regimento, e sabe como funciona, que pediu a  
184 palavra, e foi concedido a palavra, como deve ser concedido a qualquer um que vem aqui, leu uma  
185 sentença do Juiz da Vara Federal de Londrina, dizendo que o Conselho não poderia tomar  
186 providências nenhuma, que não poderia fazer nada, que já estava decidido judicialmente, que era  
187 improcedente, e o Presidente Zanatta afirma que não era verdadeiro, o Conselheiro Alecsandro segue  
188 relatando, ele leu o trecho final de uma sentença que dizia que não era competência da Justiça  
189 Federal, encaminhe-se para a Justiça Estadual da Comarca, e enfatiza dizendo, ele chegou aqui, ele  
190 leu uma outra posição, conduziu o Conselho de uma maneira totalmente diversa, o advogado, permita  
191 isso, e me corrija se estiver errado, o advogado não tem que ser leal ao cliente dele, tem que ser leal  
192 as leis do país, e fazer o trabalho técnico, e relata, as consequências disso se a OAB entender que  
193 houve alguma infração ética, devolve COREN, devolve CRM, vai tomar uma advertência, um puxão de  
194 orelha, que o Dr. não faça mais. O Presidente Zanatta pergunta, se o Conselho pede abertura de  
195 processo ético se ele poderá acionar o Conselho pelo Conselho fazer isso, tendo como resposta pela  
196 Conselheira Heloísa que não, mesmo porque terá que passar por todo um processo legal, será  
197 denominado o presidente, relator, é aberto possibilidade de defesa, trazer provas, todo um processo  
198 judicial normal, não necessariamente que ele tenha infringido algum artigo do código de ética, ao que o  
199 Presidente Zanatta questionando a posição do Plenário quanto a propositura do Conselheiro  
200 Alecsandro, se está aprovado, se há alguma restrição ou se alguém gostaria de se isentar, havendo  
201 então a abstenção do Conselheiro Antônio Magro. O Presidente Zanatta afirma que será encaminhado  
202 como consulta a OAB, e o Conselheiro Alecsandro se posiciona dizendo que não, que é um ofício para  
203 OAB, com cópia da Ata comunicando para as providências, e que lá o Presidente da OAB vai  
204 determinar uma sindicância, e o Presidente Zanatta pergunta se é para abrir o processo ou  
205 comunicando, e o Conselheiro Sérgio Azevedo diz que não é encaminhamento de ofício, que não é  
206 para abrir processo, mas um ofício comunicando, e o Conselheiro Alecsandro menciona que pode ser  
207 que nessa sindicância digam que não tem nada, e que vai ser apurado, que vai abrir o processo, visto  
208 que o advogado está no direito dele, e o Presidente afirma que será encaminhado. Ato contínuo o  
209 Presidente Zanatta faz referência ao Ofício **Nº05/2022 – MP GEPATRIA** – Informações sobre o  
210 processo de trabalho do CMS quanto as orientações repassadas pela Recomendação Administrativa  
211 Nº. 03/2021; relata que foi quando o GEPATRIA fez encaminhamento ao CMS sobre processo  
212 licitatório, e que foi devolvido um encaminhamento ao GEPATRIA com informações do que foi feito  
213 junto as Comissões, principalmente Comissão de Finanças e de todos os andamentos que esta teve  
214 junto ao Conselho; cita Ofício **Nº06/2022 – Secretaria - Executiva** – Solicitação de realização de  
215 Decreto para nomeação do Sr. Sérgio Aparecido Ribeiro da Silva, novo representante AIABA; nesta  
216 ocasião o Presidente Zanatta apresenta o Sr. Sérgio ao Plenário, informando que o mesmo é  
217 representante da AIABA, onde o ex Conselheiro André Luiz de Oliveira solicitou sua retirada, e que a  
218 Entidade está apresentando o Sr. Sérgio. Informa sobre os Ofícios Recebidos, sendo **Nº 1768/2022—**  
219 **Irmandade Santa Casa** – Solicitação de Atestado de Inscrição; e sobre esse documento relata ao  
220 Plenário que foi respondido, que gerou uma certa dúvida do que seria, porque não há um registro de  
221 Entidades do Conselho, e o que foi devolvido para a Entidade foi a cópia do processo da Plenária da  
222 Conferência onde a Entidade ingressa como Membro. A Conselheira Iyálòrisá Joilda pede a palavra e  
223 pergunta se serão realizados a leitura dos ofícios, e o Presidente afirma que não, a Conselheira  
224 Iyálòrisá Joilda então menciona que gostaria de pontuar a questão do André Luiz de Oliveira, que o  
225 mesmo desde o ano de 2021 foi para uma nova empresa, onde o horário de trabalho é das 16h00 a  
226 01h00, e que então analisando visualizou que não seria justo as Reuniões do Conselho estarem tendo  
227 ausências, e as ausências eram por conta do horário de trabalho dele, então reconduziu-se dentro da  
228 Instituição a substituição para o Sérgio que também é sócio-fundador da Entidade, e que então esse é  
229 o motivo do André. A Conselheira Maria Madalena solicita a palavra e indaga a Conselheira Iyálòrisá  
230 Joilda dizendo, o André é o seu suplente, tendo como resposta que o André é o suplente da cadeira, e  
231 a Conselheira Maria Madalena continua relatando que é suplente e que nem só por isso deixou de  
232 representar, e que não tem porque ter um substituto suplente, e o Presidente Zanatta expõe que  
233 sempre quem tem que ganhar a cadeira no Conselho é a Entidade, e a Conselheira Maria Madalena  
234 diz que então está representando o Conselheiro Antonio (toninho) como titular, e o Presidente afirma  
235 que consideram a mesma como titular, recebendo como pergunta, e o meu suplente quem está sendo.  
236 O Presidente Zanatta esclarece a Conselheira Maria Madalena que a Entidade da mesma que precisa  
237 dizer se o Conselheiro Antonio(toninho) ficará ausente, passando a Conselheira Maria Madalena como  
238 titular e designando outro como suplente, e afirma a mesma que para o Conselho ela está regular,  
239 porque o Antonio (toninho) é titular, é uma decisão da Entidade, só que Antonio (toninho)  
240 sistematicamente não vem nas reuniões, e pelo contrário a Maria Madalena comparece, portanto a

241 Maria Madalena sempre tem ocupado o lugar de titular, mas isso é para nós internamente, mas que a  
242 Entidade que precisará tomar uma posição, se deixará o Antonio (toninho), ou permanecerá você, pois  
243 acredita que seja merecido. A Conselheira Maria Madalena afirma que caso não consiga comparecer é  
244 porque aconteceu alguma coisa, ou péssima para não comparecer, e o Presidente Zanatta responde  
245 que nesse caso o titular precisa comparecer, então é necessário comunicá-lo para ele vir, e a  
246 Conselheira diz que ele teria que vir, e não apareceu, e que então tem que ser regularizado essa  
247 situação, sendo orientada pelo Presidente que precisa começar pela Conselheira Maria Madalena a  
248 conversar com o Sr. Salvador, atual Presidente da Entidade. Ato contínuo, o Conselheiro Antonio  
249 Magro pede a palavra e coloca que está na hora do Conselho seguir o Regimento, igual foi feito com o  
250 Sr. Carlos de Freitas, e foi feito com outras pessoas de não vir nas reuniões do Conselho, pois já  
251 faltaram muitas vezes, ao que os Conselheiros (as) Alecsandro e Maria Madalena afirmam que é  
252 verdade, que o Conselho constituiu um advogado, sendo que o Sr. Carlos de Freitas foi expulso. O  
253 Presidente Zanatta então coloca que o Sr. Carlos não tinha colocado suplente, obtendo como resposta  
254 em contrário pelo Conselheiro Marcos que afirmou ser o seu suplente à época, e sempre presente as  
255 reuniões, e o Presidente afirma então como verdadeira essa questão, que entende que ficou em  
256 arquivado na época, e a Conselheira Maria Madalena diz que não está pedindo para expulsar  
257 ninguém. O Conselheiro Antonio Magro relata que não sabe o que aconteceu, porque houve vez de  
258 estar o Sr. Marcos como titular e o Sr. Carlos como suplente, e o Presidente e a Secretária dele com  
259 negócio de tirar do Conselho não sabe o que houve, mas acha que no caso do Conselheiro Antonio  
260 (toninho) tem que ser cumprido o Regimento. O Conselheiro Sérgio Azevedo pede a palavra e diz para  
261 pararem e voltar ao passado da aberração, que o Sr. Carlos foi excluído na Gestão desde, e que em  
262 sua Gestão fez o Regimento, e indaga o que diz o Regimento, expondo que se a pessoa se ausentar  
263 mais de 10 vezes ou sair do país em viagem fora, e não comunicar ao Conselho a substituição  
264 colocando suplente, ele será desligado, afirmando que está no Regimento. A Conselheira Maria  
265 Madalena então menciona reportando – se ao Conselheiro Sérgio, dizendo que Serginho está  
266 tampando o sol com a peneira, que acompanhou a situação, que não é para o mesmo se esconder  
267 atrás de sua sombra, e o mesmo diz que é uma discussão desnecessária, ao que o Presidente Zanatta  
268 menciona que tem Pautado pela correção e por seguir o Regimento, e o Conselheiro Sérgio Azevedo  
269 continua a fala expondo e colocando sobre o fato da Conselheira Iyalòrisá Joilda, que se ela tem a  
270 Entidade, ela tem o direito de substituir, e que se a Entidade Olho D' Água não tem competência de  
271 indicar a Maria Madalena como titular, substituindo o Antonio (toninho), é o problema da Entidade que  
272 é falha, que precisam ser sinceros, a Entidade que é competente que não destitui o Presidente de  
273 cadeira da Instituição, e coloca o seu nome, coloca o titular no Conselho, e que o Sindicato deste fez  
274 isso, e pergunta a Conselheira Maria Madalena o porquê a Entidade da mesma não faz isso. Em  
275 prosseguimento o Presidente Zanatta afirma então que o Conselho, a Mesa fará um encaminhamento,  
276 que tomará uma medida de fazer uma comunicação a Entidade da mesma, e solicita para a aprovação  
277 do Plenário a propositura, para que façam a revisão de todos, novamente seguindo o Regimento diante  
278 do que foi solicitado pelo Conselheiro Antonio Magro, e que serve o alerta a todos os Membros que  
279 estão representados e que não comparecem nas reuniões, e que precisarão ser substituídos, ao que a  
280 Conselheira Maria Madalena diz que o que foi no passado, tem que ser no futuro, e o Sérgio Azevedo  
281 menciona que o futuro não chegou, que estão no presente, e que o passado já foi, que é para a  
282 mesma ler o Regimento, para procurar saber, não procurar o Conselho para a sua solução pessoal,  
283 que o Conselho é para todos e não só para esta, que não é individual, que a mesma está errada, e que  
284 ninguém tem coragem e falar, mas ele tem, e a Conselheira Maria Madalena pede para falar se está  
285 errada, e onde está errada, para provar o que está falando. Diante o exposto, o Presidente Zanatta  
286 orienta aos Conselheiros que estes podem conversar pessoalmente depois, para poderem retomar a  
287 Pauta, e após solicitação do Conselheiro Alecsandro, concede a palavra a este, que expõe que sendo  
288 uma questão de celeridade, para pedir para a Secretária fazer o levantamento das listas de presenças,  
289 e o Presidente Zanatta menciona que fará da mesma forma, do que outra vez, e o Conselheiro  
290 continua pontuando para fazer um ofício para cada Entidade, lembrando que, e pede a observação que  
291 a obrigatoriedade é do titular estar presente, e o suplente não precisa estar em reunião nenhuma, e o  
292 Presidente Zanatta coloca que no caso específico da Conselheira Maria Madalena há um interesse em  
293 participar, e reportando-se para o Conselheiro Alecsandro diz, que em respeito a pessoa da Maria  
294 Madalena, houve a indignação contra a posição onde foi colocada em uma representação dentro de  
295 um grupo de Usuários, e ela não sabia que a Entidade era nula, que era no JD. Bandeirantes, e ela se  
296 debelou contra isso, e apoiou o próprio Conselho naquilo que foi tomado de decisão, e ela teve  
297 interesse de voltar ao Conselho e procurar a ONG Olho D' Água, sendo que a ONG Olho D' Água está  
298 falha no momento, e diante disso é o que ela está colocando realmente, e ela está se indignando a vir  
299 como suplente sistematicamente, e então a Entidade dela tem que colocar outro titular, e que vai ser  
300 demandado sobre isso. A Conselheira Maria Madalena então afirma que foi a UAMMA que fez isso

301 com ela, e que todo o mundo sabe. Após a retomada de Pauta pelo Presidente Zanatta o mesmo cita  
302 as **Resoluções Nº 02/2022** – Reconstituição da Comissão Eleitoral; Nº 02/2022 – Reconstituição  
303 da Comissão Eleitoral; **Nº03/2022** – Abertura do Processo de Inscrição para a composição da  
304 Mesa Diretiva – Gestão 2022/2023; **Nº1016/2021** – **UCI SESA** – Dispõe sobre os critérios de  
305 distribuição para o Incentivo à Organização da Assistência Farmacêutica – IOF para os  
306 municípios; e sobre esse assunto pergunta ao Vice Presidente e Secretário de Saúde Moacir se o  
307 mesmo tem alguma lembrança desse tema, e tem como resposta que todos os anos tem essa  
308 distribuição de recursos que vem do Estado, e acredita ser interessante resgatar e trazer para o  
309 Conselho Municipal e colocando no grupo, até para discutirem os valores, que os recursos da UCI  
310 SESA são para custeio, não para a compra de capital, automóvel, de algum equipamento, e que  
311 após o planejamento e antes de executar tem que ser trazido para a Plenária para verificar se  
312 aprovam, antes que sejam executados esses recursos. Ato contínuo, o Presidente Zanatta solicita  
313 ao Plenário a aprovação os Ad Referendum que foram expedidos pela Mesa Diretiva, para  
314 encaminhamento a Secretaria de Estado, onde não houve a reunião do mês de janeiro, e informa  
315 que se a Plenária continuar em silêncio considerará o Ad Referendum aprovado, e faz referência a  
316 **Nº10/2021** – Aprovação AD Referendum para a participação da SEMUS ao implemento de  
317 recursos aquisição de 01 (uma) Ambulância de Transporte Tipo A; **Nº11/2021**- Aprovação AD  
318 Referendum para a participação da SEMUS ao implemento de recursos aquisição de 01 (uma)  
319 Ambulância de Transporte Tipo A; **Nº01/2022** – Aprovação AD Referendum para aquisição de 164  
320 equipamentos Tablets destinado as Unidades de Atenção Primária; sendo estas aprovadas por  
321 unanimidade, e o Secretário de Saúde Moacir pede para fazer uma observação, e expõe ao  
322 Conselheiros que esses recursos são do Estado existem Emendas Parlamentares, que existem  
323 alguns os Deputados se articulam, e da Resolução UCI SESA, foram recolhidos disponibilizados  
324 aos Municípios, e o Estado foram proporcionais ao grupo de Agentes Comunitário cadastrados, na  
325 época desse levantamento, e que haverá Tablets para todos os Agentes Comunitários de Saúde.  
326 O Presidente Zanatta cita sobre o **3º Ponto de Pauta, Reclamação Ouvidoria Municipal**;  
327 coloca que irá apresentar uma reclamação que chegou até o Conselho Municipal de Saúde, que  
328 foi demandada a Ouvidoria, sendo a requerente H. C. e relata que constam, endereço, telefone e  
329 dados pertinentes, que esta fez a queixa à Ouvidoria, trazendo até ao Conselho, e que todos  
330 sabem que a Ouvidora agora a partir de janeiro do ano de 2021 traz sistematicamente todos os  
331 meses as suas demandas nesse formato ao Conselho, e que estão todas as demandas da  
332 Ouvidoria no CMS à disposição, e que só houve uma demanda que era relativa a necessidade de  
333 articulação do Conselho, e que a partir dela foi feito a solicitação, que era a questão da lista de  
334 vacinados no início do ano de 2021, e todas as outras demandas da Ouvidoria não facultaram que  
335 apreciassem em separado em processo de Conselho, e que esta sim, que o interessado usuário  
336 trouxe o processo ao Conselho. Na ocasião o Conselheiro Robério solicita a palavra e informa que  
337 acredita ser pertinente que o Departamento da Ouvidoria fizesse a apresentação, não queixa a  
338 queixa, mas uma síntese, mas para que o Conselho possa usar esse instrumento da Ouvidoria  
339 para fazer o trabalho e tentar ajudar a Secretaria de Saúde, na solução desses problemas  
340 apresentados, porque nós como Conselheiros fiscais não temos conhecimento dessas demandas.  
341 O Presidente Zanatta em resposta ao Conselheiro Robério diz que é preciso criar o seguinte  
342 ambiente, que essas demandas fossem conduzidas a Comissão de Fiscalização, e que está à  
343 disposição da Comissão, e alguém da Comissão pegue e tome contato com aquilo, porque existia  
344 um relatório quanto ao quantitativo das demandas na Ouvidoria, e coloca como exemplo, quatro  
345 queixas sobre Posto de Saúde, uma sobre o CAPS, cinquenta e duas queixas da UPA, uma do  
346 SAMU, e era desse jeito e não sabíamos a qualidade, não sabíamos se era uma briga entre  
347 paciente e funcionário, falta de cortesia do funcionário, falta de questão técnica e não sabíamos  
348 isso, então foi pedido um relatório qualitativo, e o relatório qualitativo nada mais objeto do que  
349 entregar a demanda para nós, então a demanda está em nossas mãos, e que acredita que é  
350 preciso se apropriar disso, criar uma rotina de que alguém possa pegar isso e ler, e até sugere  
351 reportando-se ao Conselheiro Robério, que esse o faça como Presidente da Comissão de  
352 Fiscalização, e como pessoa que já foi e exerceu o cargo de Ouvidor no passado, dentro do  
353 Município, que este possa se apropriar disso como sendo Membro da Comissão e estar sempre  
354 atento a essas demandas, e o que couber trazer ao Conselho. O Presidente segue expondo que  
355 fará a leitura dessa porque tem correlação de Pauta da última reunião, e faz a leitura do  
356 documento, estando este em arquivo no CMS, e sobre esse assunto diz que gostaria de  
357 reverberar essa situação pelo fato de que endoscopia ou colonoscopia com sedação

358 categoricamente foi arbitrado pela representante do Hospital que faz com anestesista, e que  
359 discutiram e contrapondo que não acreditamos nisso, que é inverídico que as endoscopias ou as  
360 colonoscopias sejam acompanhadas por anestesista, e categoricamente foi falado que sim, e o  
361 Município então, fazendo uma expectativa hoje deve ter mil pessoas precisando de uma  
362 endoscopia, e nessas cinco pessoas precisando fazer a sedação, e questiona qual o contraste  
363 disso, gostaria de demandar para a Comissão ao Conselho para se aprofundarem nessa questão,  
364 primeiro pelo fato de sua pessoa acreditar ser inverídico a prestação de serviço presencial por  
365 anestesia, e segundo ponto, que é primordial, que não credita que pode ser pago, cobrado,  
366 justificado, que uma sedação para endoscopia pague pelo Consórcio R\$150,00, enquanto a  
367 endoscopia propriamente dita paga R\$130,00, e afirma, a sedação é mais cara que o  
368 procedimento, então isso é ilógico, e se o Conselho, se o Município, se o Gestor, e se o Prestador  
369 de Serviço acreditar que a endoscopia vale R\$250,00, porque hoje de forma particular deve custar  
370 em torno de R\$500 a R\$ 600,00, e que há profissional que faz em sua própria clínica, sem o  
371 acompanhamento de anestesista, e que isso é certo, e falar que o Prestador faz com  
372 acompanhamento de anestesista não é verdadeiro, em sua opinião, e esse procedimento de  
373 sedação que não é anestesia, custar mais caro que o procedimento é ridículo e oneroso ao  
374 Sistema. A Conselheira Maria Madalena então relata que isso não existe, e o Conselheiro  
375 Alecsandro menciona que levantará essa demanda diante da denúncia feita, na categoria que  
376 representa, se a indicação da Entidade está sendo feita a sedação com a presença do médico, e  
377 há elementos que apontam que não há a presença do médico, então que também no mesmo  
378 sentido que foi encaminhado para OAB agora há pouco, que se encaminhe ao Conselho Regional  
379 de Medicina para as devidas providência, dando conta que há indícios de que estão sendo  
380 realizados procedimento com sedação sem a presença de médico, já que foi levantado essa  
381 questão que é inverídico, e está colocando a categoria como participando da fraude, então que o  
382 CRM tome conhecimento da demanda. O Presidente Zanatta então indaga ao Plenário se acatam  
383 a demanda gerada pelo Conselheiro Alecsandro ao CRM, ao que a Conselheira Heloísa questiona  
384 se há provas para mandar ao CRM, e o Presidente informa que encaminhará em forma de  
385 questionamento, e a Conselheira diz, então porque vai fazer uma denúncia de algo que não  
386 sabem o que está acontecendo, que é só uma suposição, que tem que investigar. O Conselheiro  
387 Alecsandro em resposta a Conselheira Heloísa informa que é nesse sentido, que são cerca de  
388 400 médicos na cidade, além dos 03 hospitais, o pessoal das clínicas, pessoal da Rede, e de  
389 repente levantam uma questão, e uma delas é que está sendo cobrado procedimento médico mas  
390 que não tem médico realizando, e a categoria está sendo atingida com tiro a queima roupa, e  
391 daqui a pouco falarão que está sendo realizado outros tipos de procedimentos e que não tem  
392 médico participando, e que tem que preservar uma tradição que há hoje, levantamento do  
393 Conselho Federal, dando conta que depois da categoria dos Bombeiros, a categoria que mais tem  
394 credibilidade tem com a população são seus médicos de cabeceira, e que não pode ser perdido  
395 isso, não pode ser perdido esse prestígio. O Presidente Zanatta então expõe que se está sendo  
396 cobrado sedação, e que primeiro fará um questionamento sobre, o Conselho exige que a sedação  
397 seja feito só por anestesista, porque há consultório como citado que faz a sedação, e que em  
398 Plenária há diversas pessoas que eventualmente já fizeram endoscopia, e que comprovaram, já  
399 testaram que nunca teve um segundo médico presente, principalmente anestesista, e  
400 comprovadamente sabem, e cabe a Auditoria à Instituição para saber se os documentos lá tem a  
401 assinatura do profissional anestesista do procedimento, mas o que queremos desdobrar, e minha  
402 intenção pessoal é o questionamento sobre a oneração do Sistema para o procedimento chamado  
403 sedação e que querem induzir como se fosse um processo anestésico e que não é, é um  
404 processo de sedação, é um comprimido, ou um líquido prévio para a pessoa entrar em estado de  
405 sonolência, para não ter um incomodo tão sério na hora que passa o procedimento, xilocaína ou  
406 outro artefato para transito na traqueia, e que então sabem que não é feito, e que a representante  
407 da Entidade enfaticamente quis colocar que sim, que era feito, e então querem saber se é feito ou  
408 não, e os desdobramentos disso são outros, e que é só para finalizar, sendo essas três demandas  
409 sobre a questão da endoscopia, e que agora surge um quarto ponto, que se temos um hospital de  
410 referência, vai requerer recursos vultuosos, e para novamente criar uma área, é dinheiro público  
411 para construção de uma entidade que ficará sobre domínio de um Ente particular, dinheiro público  
412 vultuoso que ficará sobre a área de domínio para sempre, então o hospital, Estado de um modo  
413 geral, não constrói para si, mas constroem para outrem privado, e que temos uma situação onde  
414 uma endoscopia faz-se temerariamente com a presença ou não de um anestesista, mas a

415 ressonância para um grupo bem menor, em uma condição de patologia mas grave, como é o caso  
416 de uma idosa especial, com tumor, e que tem eventualmente da Secretaria se sujeitar a levar 60  
417 dias para fazer essa ressonância em Maringá ou em Campo Largo, é descabível. Conforme o  
418 exposto, o Conselheiro Alecsandro diz que diante desse aspecto da ressonância especificamente,  
419 primeiramente que acredita que não devem, assim como o Sérgio colocou muito bem agora  
420 pouco, trazer nossas paixões para demanda do Conselho, e tenho todas as minhas diferenças  
421 com algumas pessoas da HONPAR, até por questões familiares, e por isso que saí de lá, e já tive  
422 problemas com algumas pessoas da gestão da Santa Casa, e não tive problemas de colocar para  
423 Dra. Heloísa, estando dentro do Conselho na última reunião, e o Presidente Zanatta menciona  
424 sempre conversamos sobre isso, e o Conselheiro Alecsandro continua pontuando que e não se  
425 deve trazer nossas paixões, e essa demanda da ressonância o Dr. Moacir já deve ter  
426 acompanhado também alguns casos a esse respeito, tanto eu, como Moacir e o senhor como  
427 nosso auditor, que há exames que não podem ser realizados em determinados aparelhos, a Santa  
428 Casa por exemplo tem um tomógrafo, mas aquele tomógrafo faz até um determinado número de  
429 exames, e não posso pedir para a Dra. receber uma demanda de oncologia para uma  
430 determinada demanda de canais que o tomógrafo atende, as vezes a necessidade é técnica do  
431 aparelho, e a Conselheira Heloísa relata que tem clínicas que fazem o ressonância, mas não  
432 fazem a sedação, e tem determinadas clínicas que fazem com sedação, não pode dizer que a  
433 HONPAR não tem esse procedimento, e a questão sobre o CRM, é de repente fazer uma  
434 consulta, fazer as perguntas consultivas ao CRM, e eles irão dar a resposta que você precisa,  
435 reportando-se para o Presidente Zanatta, e este diz eu é nesse sentido que o Conselho irá fazer.  
436 Com a palavra o Conselheiro Alecsandro coloca novamente que possivelmente o Conselheiro  
437 Robério deve ter lembrança, de quantas demandas houveram na cidade de exames que foram  
438 para São Paulo, que não foram feito aqui, e nem no Estado foram feitos, agora já que tocaram  
439 nessa questão, do quantitativo de exames colocará o dedo na principal ferida, como está sendo o  
440 resultados dessas endoscopias, e diz que pouco importa se estão sedando ou não, e o custo  
441 maior que há são esses exames mal indicados, frisa ainda que esses exames de endoscopias  
442 estão resultando normais, e que houve gente fazendo endoscopia banal duas vezes por ano, e  
443 que então a palhaçada está aí, essa máquina que está circulando de pedir exame, e hoje o  
444 grande IDH que o Gestor tem no município, o custo que o Gestor tem, são os exames  
445 complementares de média e alta complexidade, a quantidade de tomografia, ressonância,  
446 ultrassom que é pedido sem indicação, ressaltando que isso é absurdo, e que tem que colocar  
447 outro dedo na ferida também da quantidade desses exames que são de responsabilidade do  
448 Estado, e a Regional de Saúde, e questiona o porquê os colegas auditores negam  
449 sistematicamente esses exames, porque vai um pedido do nosso PSF lá na região, no território da  
450 Iyá Joilda, e vai para Apucarana o pedido de ressonância, e volta o pedido de ressonância  
451 dizendo que tem algum tipo de inadequação, ou que não vai simplesmente, indeferido, colocando  
452 que a negativa que vem da auditoria tem que ser técnica, que tem que acabar com esse negócio  
453 autorizado e não autorizado, e começar dar nome aos bois, foi o auditor da Regional que negou,  
454 então o Conselho demandará para a Regional, mande ofício, mande para o MP, está negando, se  
455 foi aqui que negou, parou em sua mesa, ou não, mande ao MP também, o usuário não deve ficar  
456 de acordo com as paixões, eu acho que deve, e acho que não deve, se tiver com justificativa técnica  
457 tem que liberar, tem que arcar com o tratamento, se tiver que mandar o paciente para São Paulo  
458 mande, se tiver que mandar para o Rio Grande Sul, mande, e o Dr. Moacir já tem uma coleção de  
459 pacientes, e não vai dispor porque não pode, já tem uma coleção de pacientes fazendo tratamento  
460 no Hospital Juscelino Kubitschek em Brasília, e tem pacientes paraplégicos aqui na cidade que  
461 nem sabiam que existia a APDA, sendo 18 anos paraplégico, e hoje está tratando em Brasília. O  
462 Conselheiro Alecsandro expõe que o trabalho da Secretaria de Saúde de Arapongas está sendo  
463 feito, está sendo custeado, com passagem de avião, e pede observação dizendo, olhem o custo  
464 disso, e enfatiza que pedidos de exame sem indicação tem que ser cortado, e com indicação  
465 liberado. O Conselheiro Alecsandro relata que trabalhou na Santa Casa, e atendeu na pediatria e  
466 crianças que estavam convulsionando faziam exame com sedação na Santa Casa, e os médicos  
467 do plantão acompanhavam a sedação, na beira do tomógrafo, e que nunca a Santa Casa cobrou  
468 um paciente do SUS para fazer sedação, e quando era paciente do convênio ou particular,  
469 recebiam o procedimento a parte, ao que o Presidente Zanatta pergunta se o mesmo percebe que  
470 se uma endoscopia custa R\$130,00 e uma sedação R\$150,00, fará só 50 se tiver recurso, então  
471 fará só 50% do que precisa, e diz, porque estou pagando duas vezes, questionando qual é o custo



472 da endoscopia, é R\$200, R\$ 250,00, e que então falará que é isso, e pelo SUS pior ainda, pelo  
473 SUS a sedação é componente do procedimento, e indaga que então estão desdobrando o  
474 procedimento para faturamento, e que é essa questão sobre a ótica da Ouvidoria. A Conselheira  
475 Iyálòrísá pede a palavra e diz, que pegando as falas dos Conselheiros (as) Heloísa e Alecsandro,  
476 ainda pegando sobre a questão da sedação, assim como aconteceu com uma idosa especial, a  
477 questão de não ter tido a sedação em uma ressonância, levantará sobre as crianças que precisam  
478 fazer tomografia, e que já não está falando nem de ressonância porque elas precisam fazer com  
479 sedação, e que já acompanhou famílias que ficaram quase dois anos, acompanhando  
480 mensalmente o pedido de exame dessa criança, informa que esse tipo de exame com sedação é  
481 realizado em Curitiba, e que aqui não consegue fazer, frisa que foi uma dificuldade muito grande,  
482 onde a criança ficou um ano sem ir a escola porque dependia do exame da tomografia com  
483 sedação, e ressalta que já que estão falando de exames voltará a levantar a questão das cirurgias  
484 de vesícula por videolaparoscopia, e questiona o porque não Arapongas consegue fazer por  
485 vídeo, depende de quê, depende da Secretaria, depende do Estado, depende de quê, então se  
486 depende da tabela SUS, a questão da ressonância seja isso também, que talvez o problema seja  
487 esse, que não sabe, afirmando que se a pessoa não tem condições de ficar sem trabalhar, e  
488 precisa fazer a cirurgia, porque se não fazer pode morrer, ela vai ter que tirar de onde não tem  
489 para pagar, e ninguém ficará esperando para morrer, que na ponta a realidade é outra, e diz que  
490 foi atrás de uma consulta de uma menina onde começou com dores de cabeça frequente, e  
491 precisou de um Neuro, e que foi em 2020 que foi pedido Neuro para ela, e que começou a correr  
492 atrás, e ela conseguiu passar hoje pelo Neuro, e que espera que tenha conseguido ir ao Neuro,  
493 então que precisam começarem a discutir Saúde Pública de todas as formas, porque lá na ponta a  
494 realidade é outra, abordando que não esperará para morrer. Em referente a fala da Conselheira  
495 Iyálòrísá Joilda, o Conselheiro Alecsandro diz que no dia 21 de janeiro foi publicado um artigo, na  
496 revista da Inglaterra, e que traz um dado interessante, e que teve a pachorra de fazer o cálculo  
497 baseado em dados daqui, menciona que a Inglaterra ter o melhor sistema de Saúde do mundo,  
498 que oferece por dia um atendimento médico para cada 1.810 habitantes, e que em Arapongas é  
499 oferecido um procedimento para cada 86 habitantes, e que então somos 20 vezes mais eficientes  
500 que a Inglaterra. Após a concessão de palavra para a Conselheira Maria Madalena, esta  
501 questiona ao Conselheiro Alecsandro se o mesmo está trabalhando na Humaniza, e tendo a  
502 confirmação positiva, é relatado e indagado por esta o porquê a Humaniza demora para atender,  
503 pois compareceu com familiar no local, o qual ficaram aguardando durante 4 horas, e quando  
504 entraram o médico mal olhou em seus rostos, e que quer saber o que está acontecendo, e o  
505 Conselheiro Alecsandro responde que a Unidade é para atender 150 pessoas, e que isso é para  
506 atender bem, e que tem 02 médicos, mas que não vão 150 pacientes, e enfatiza que tem dia que  
507 comparecem 400 pacientes. Ato contínuo, o Presidente Zanatta, faz referência ao **último ponto**  
508 **de Pauta**, referente a reativação das atividades do Comitê Intersetorial de Saúde Mental, cita que  
509 o mesmo já está constituído onde o Conselheiro Alecsandro faz parte, e a Conselheira Elizabeth,  
510 e que na próxima semana será realizado uma reunião, com possível agenda para o dia 16 ou 17,  
511 que seja o mais breve possível para dar andamento para aquilo que o Comitê Intersetorial quer  
512 decidir como propostas para a Conferência Estadual e eventualmente Conferência Nacional, e  
513 que então será necessário cumprir a etapa Regional, que então farão um fórum dentro do Comitê  
514 na próxima reunião, e menciona sobre as vagas de Delegados, quais sejam, 14 vagas para  
515 Usuários, 07 vagas para Trabalhadores e 07 vagas para serem distribuídas entre Gestores e  
516 Prestadores, e frisa que essa decisão no preenchimento de vagas será feita pelo Comitê, e que  
517 preencherão a ficha com o maior número de Membros que já estão no Comitê, pois tem  
518 Segmentos significativos como CAPS, a presença do profissional médico que atua nessa área de  
519 Saúde Mental que é o Dr. Alecsandro, o Centro POP, outras entidades, e que eventualmente  
520 colocará Membros Usuários do Conselho Municipal de Saúde, e que tentarão resgatar 04 vagas  
521 dentro das 14 para os Membros Usuários deste Conselho. Desta forma, não havendo nada mais a  
522 tratar o Presidente de Mesa Zanatta agradece novamente todo os que participaram desta Plenária,  
523 dando encerramento a mesma, a qual por degravação, eu, Giziele Regina Ruiz Mendes – Secretária  
524 Executiva, junto ao Presidente e Conselheiro Eucir Antônio Zanatta, em de 08 de março de 2022  
525 lavramos a presenta Ata.  
526

NOME	SEGMENTO	ASSINATURA
------	----------	------------

Moacir Paludetto Junior – Titular – Vice-Presidente – SEMUS	Gestores	
Elizabeth Fernandes Penha – Titular – SEMUS	Gestores	
Heloísa Toledo Volpato – Titular Irmandade da Casa	Prestadores	
Eucir Antônio Zanatta – Titular – Presidente – SINDSAÚDE	Trabalhadores	
Gisele Dias Picolo – Titular – COREN	Trabalhadores	
Sérgio Donizete Azevedo – Titular – SISPAMAS	Trabalhadores	
Alecsandro de Andrade Cavalcante – Titular – SIMEPAR	Trabalhadores	
Roseli Martauro Marinho – Titular – APDA	Usuários	
Maria Madalena Carneiro – Suplente ONG Olho D' Água	Usuários	
Marcos Antonio de Oliveira – Titular – Sindicato dos Trabalhadores (as) Rurais	Usuários	
Antonio Jorge Magro – Titular – Ass. de Moradores Ulisses Guimarães	Usuários	
Francisco Robério Peres Cunha – Titular – Pastoral da Criança	Usuários	
Durvalino de Almeida Filho – Suplente – Pastoral da Criança	Usuários	
Ìyálòrísá Joilda Pereira de Jesus – Titular – Ent. Religiosa ILÉ ÀSE TI TÓBI ÌYÁ ÀFIN ÒSÙN ALÁKÉTU;	Usuários	
Sérgio Aparecido Ribeiro da Silva – AIABA – Suplente	Usuários	
Maria de Fátima Greggo – Titular – UAMMA	Usuários	